



**PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO 2500000245\_HM\_21APC2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## **ÍNDICE**

### **CAPÍTULO I - Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º - Objeto Contratual

ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do Contrato

ARTIGO 3.º - Prazo de Vigência do Contrato

### **CAPÍTULO II - Obrigações das Partes**

#### **SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

ARTIGO 4.º - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 5.º - Conformidade dos Serviços

ARTIGO 6.º - Local de Prestação dos Serviços

ARTIGO 7.º - Dever de Sigilo e Confidencialidade

#### **SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

ARTIGO 8.º - Preço Base

ARTIGO 9.º - Condições de Pagamento

ARTIGO 10.º - Obrigações da Entidade Adjudicante

ARTIGO 11.º - Acompanhamento, fiscalização da execução do Contrato

### **CAPÍTULO III - Vicissitudes Contratuais**

ARTIGO 12.º - Sanções Contratuais

ARTIGO 13.º - Força Maior

ARTIGO 14.º - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

ARTIGO 15.º - Resolução do Contrato por Parte da Entidade Adjudicante

ARTIGO 16.º - Resolução do Contrato por Parte do Adjudicatário

### **CAPÍTULO IV - Disposições Finais**

ARTIGO 17.º - Deveres de Informação

ARTIGO 18.º - Comunicações

ARTIGO 19.º - Reprodução de Documentos

ARTIGO 20.º - Foro competente

ARTIGO 21.º - Direito Aplicável e Natureza do Contrato

ARTIGO 22.º - Contagem de Prazos

## **CAPÍTULO V - Especificações Técnicas**

ARTIGO 23.º - Características Técnicas

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **ARTIGO 1.º**

##### **Objeto contratual**

1. O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário tendo por objeto a aquisição de serviços para a Apresentação de Espetáculo pela artista “Milhanas”.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 92312240-5 - serviços prestados por artistas, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos no contrato a celebrar.

#### **ARTIGO 2.º**

##### **Fundamentação e Caracterização do Contrato**

1. A apresentação de um espetáculo musical é, em grande parte, determinada pela interpretação e pela entrega da cantora. Cada artista traz consigo uma bagagem única de influências, técnicas e expressões que tornam a performance singular. No caso de Milhanas, sua apresentação é marcada por uma combinação de elementos que revelam seu estilo autêntico. É também reconhecida por seu domínio em jazz e música moderna, o que reflete de forma clara em seu repertório. As suas escolhas musicais são uma extensão de sua identidade artística, e cada música que escolhe cantar está imbuída de sua própria interpretação e estilo. A cantora consegue mesclar influências tradicionais com uma abordagem contemporânea, criando um espetáculo agradável e que reforça a mensagem emocional e artística que quer transmitir com suas músicas.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).

1. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos e seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
2. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **ARTIGO 3.º**

#### **Prazo de Vigência do Contrato**

1. O contrato a celebrar inicia a sua produção de efeitos a 30 de abril de 2025 e mantém-se em vigor por um dia, ou seja, até à conclusão do espetáculo pela artista "Milhanas ", sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, incluindo as de confidencialidade e de garantia.
2. O espetáculo da artista "Milhanas" será realizado no dia 30 de abril de 2025, no âmbito das celebrações da reabertura do Pavilhão de Portugal.
3. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

### **CAPÍTULO II**

#### **Estipulações Contratuais**

### **ARTIGO 4.º**

#### **Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário, as seguintes:

- a) Garantir o fornecimento a aquisição de serviços objeto do contrato de acordo com as condições descritas no presente caderno de encargos e respetivo local.
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais exigidos para os serviços objeto de contrato, tal como previstos no presente caderno de encargos, bem como nas características estabelecidas no serviço a prestar, e na legislação aplicável;
  - c) Não alterar as condições de prestação de serviços;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante;
  - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento dos bens.
- a) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
  3. A entidade adjudicante monitorizará em contínuo a prestação dos serviços, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.

## **ARTIGO 5.º**

### **Conformidade dos Serviços**

1. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato, em conformidade com as características, especificações e/ou requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeitam à conformidade dos serviços a prestar.
4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

## **ARTIGO 6.º**

### **Local da Prestação de Serviços**

Os serviços a fornecer no âmbito do presente procedimento deverão ser prestados no edifício localizado na Alameda dos Oceanos, no Parque das Nações, 1990-221 Lisboa

## **ARTIGO 7.º**

### **Dever de Sigilo e Confidencialidade**

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

## SECÇÃO II

### OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

#### ARTIGO 8.º

##### Preço Base

1. O preço base do procedimento é de 7.000,00 euros (sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, para a fixação do preço base no presente procedimento, foram considerados os seguintes elementos:
  - a) Consulta informal de preços, ou seja, uma auscultação de modo a obter informações relevantes para estabelecer, o preço base.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato.

#### ARTIGO 9.º

##### Condições de Pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, e depois da validação da fatura pelo gestor do contrato.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a disponibilização do acesso aos conteúdos do licenciamento, nos termos e nos prazos definidos procedimentalmente.
3. A emissão das faturas pelo fornecedor deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.



4. A faturação deverá ser enviada ao cuidado do Gestor de Contrato, após a disponibilização do licenciamento, contendo sempre a indicação do número do contrato indicado, o número da nota de encomenda e o respetivo número de compromisso.
5. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
6. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do fornecedor devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo fornecedor.
9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao fornecedor serão automaticamente suspensos por igual período.
10. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

## **ARTIGO 10.º**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

Decorre para a entidade adjudicante as seguintes obrigações:

1. Após a data de início do contrato, a entidade adjudicante obriga-se a emitir e a enviar a nota de encomenda correspondente ao valor adjudicado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2. Notificar o adjudicatário no prazo de 15 (quinze) dias sobre qualquer rejeição dos bens entregues.

3. Assegurar que, entre a entrega e a receção dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante obriga-se a cooperar com o adjudicatário para que sejam criadas as condições de segurança dos bens que o adjudicatário considerar necessárias.

## **ARTIGO 11.º**

### **Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato**

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor do contrato, pelo contraente público.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

## **CAPÍTULO III**

### **VICISSITUDES CONTRATUAIS**

## **ARTIGO 12.º**

### **Sanções Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA.
2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a prestação dos serviços, por causa imputável ao adjudicatário, poderá a entidade adjudicante exigir 1‰ (um por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA, por cada dia de atraso.

3. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
4. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

### **ARTIGO 13.º**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

## **ARTIGO 14.º**

### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

Não é permitida a cessão da posição contratual e a subcontratação por aplicação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

## **ARTIGO 15.º**

### **Resolução por Parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor dos bens violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato ser superior a um terço do prazo máximo previsto.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor dos bens e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela entidade adjudicante.

## **ARTIGO 16.º**

### **Resolução por Parte do Adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura ou a partir da data da receção do bem, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos no n.º 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições finais**

## **ARTIGO 17.º**

### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

## **ARTIGO 18.º**

### **Comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

## **ARTIGO 19.º**

### **Reprodução de documentos**

Nenhum documento ou dado a que o prestador de serviços tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa do contraente público, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

## **ARTIGO 20.º**

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **ARTIGO 21.º**

### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

## **ARTIGO 22.º**

### **Contagem dos prazos**

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto na Cláusula 470.<sup>a</sup> do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos da Cláusula 471.<sup>a</sup> do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

## **CAPÍTULO IV**

### **Especificações técnicas**

## **ARTIGO 23.º**

### **Características técnicas**

As especificações técnicas são as constantes do Anexo A ao presente caderno de encargos.